

Benito aposta na cassação de 20 parlamentares

CARLOS MOURA



Benito Gama: investigar governadores é tarefa estadual

O deputado Benito Gama (PFL-BA), presidente da subcomissão de bancos da CPI do Orçamento, vai sugerir ao relator da Comissão, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), a punição de 12 parlamentares por crime de decoro parlamentar. Ele encaminha hoje a Magalhães o relatório da movimentação financeira dos envolvidos no escândalo, e prevê que a CPI deverá indicar a cassação de 20 parlamentares.

Segundo Benito Gama, a inclusão de três governadores nas investigações da CPI foi um caso atípico, por ser atribuição dos legislativos estaduais a fiscalização da ação política dos governadores. Por outro lado, disse ele, não havia como a Comissão deixar de investigar os três denunciados.

O presidente da subcomissão de bancos afirma não ter dúvida da vinculação dos esquemas de corrupção do Legislativo e do Executivo. Ele informa que, de um total de 200 milhões de dólares que a máfia do Orçamento movimentou, pelo menos dois terços não têm origem explicável. São propinas, roubos e negociatas que, segundo Benito Gama, se fossem aplicados corretamente teriam reduzido em muito o déficit público do País.

Quantos parlamentares serão indiciados no relatório da subcomissão de bancos?

Na comissão de bancos, com certeza, 12. No geral, pelo que estou acompanhando do trabalho do relator, deverão ser 20. No mínimo, 16. Não menos que isso.

Qual o caso mais grave apurado na sua subcomissão?

A subcomissão de bancos é também chamada de **prova rainha**, pois terá a prova irrefutável. Então, todos os casos registrados por ela são graves porque são inexplicáveis.

Qual a maior surpresa para o senhor em todo o processo de investigação?

Foi o caso do deputado Ibsen Pinheiro.

Por quê?

Porque eu pensava que ele só tinha relação de amizade com os principais envolvidos no esquema de corrupção.

E o caso dos governadores?

Foi um caso atípico na CPI. Nesse caso, nos confrontamos com a questão federativa e a liderança política individual que cada governador exerce naturalmente em seu estado. Mas, como a CPI estava investigando o próprio Congresso, não tínhamos como não investigar os governadores. Não examinamos a ação política dos governadores, que é atribuição do Legislativo estadual, mas ação pessoal de cada um deles quando investidos de cargos públicos. E o fizemos a partir de denúncias feitas dentro da CPI, que não poderiam ser ignoradas.

Pelas investigações feitas, o senhor poderia fazer um cálculo aproximado de quanto o contribuinte foi lesado pela máfia?

Contabilizamos 200 milhões de dólares em movimentações bancárias. Seguramente, dois terços não foram explicados. Isso é apenas a ponta do iceberg. O que houve de propinas, lucros exorbitantes, roubo mesmo, assume uma soma incalculável.

E existe também o roubo que não entrou nas contas bancárias da máfia?

Claro. Investigamos o chamado caixa dois. Mas falta o caixa três, que é a propina recebida em dólares e em outros patrimônios. Hoje, todos nós na CPI estamos convencidos de que se não tivesse havido tudo isso, o déficit público seria segu-

ramente bem menor. Tivemos denúncias de superfaturamento de até 200 por cento em obras públicas.

O senhor acha que muita gente que deveria ter sido denunciada ficou de fora das investigações?

O relator parcial Roberto Rollemberg disse, agora há pouco, na nossa reunião interna, algo que responde essa pergunta. Foi uma frase a respeito da insanidade dos pacientes de hospitais psiquiátricos: "Todos que aqui estão são. Mas todos que não estão". No caso do Congresso, a CPI fez o que pôde.

E agora, com o fim da CPI, como ficam as diligências pendentes?

Continuam. E assim que forem chegando, nós vamos remetendo ao Ministério Público. Esta CPI é subproduto da CPI do PC. Ela acaba, mas não acaba a atenção do Congresso. O Congresso, desde a CPI do PC, passou a se sintonizar com a sociedade. Por isso, a atividade pública começou a melhorar. Com as mudanças, o político não terá mais vergonha de dizer que é político.

Os senhores estão recebendo muita pressão?

Esta é a semana mais dramática de todo o processo. A CPI é grave e séria. Mas, neste final, ela se transformou em tensa e emocional. O clima é de guerra.